

ENTREVISTA

O LUGAR DAS
HISTORIADORAS NA
MEMÓRIA DISCIPLINAR
DA HISTÓRIA
entrevista com
Maria da Glória de Oliveira

ALICY DE OLIVEIRA SIMAS
Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
alicysimas@gmail.com
orcid.org/0000-0002-0377-4656

Esta entrevista fez parte de uma atividade proposta pelo professor Dr. Rogério Rosa Rodrigues, na disciplina *História do Tempo Presente: teoria e historiografia* e teve como objetivo possibilitar e estimular o diálogo entre os doutorandas e doutorandos do PPGH-UDESC, e pesquisadoras e pesquisadores que estejam investigando temáticas próximas aos nossos temas e problemas de pesquisa. No dia 19 de outubro de 2020, entrevistamos a professora Dra. Maria da Glória de Oliveira e conversamos sobre o lugar das historiadoras na memória disciplinar da história, bem como os desafios do presente para novas abordagens no campo da História da Historiografia. Nessa oportunidade, a professora Glória problematizou a constituição do campo disciplinar e seu cânone historiográfico, construído predominantemente como masculino e branco, pontuou a importância política dos estudos sobre mulheres intelectuais no tempo presente, bem como repensar a epistemologia da história a partir de outras teorias, como o feminismo, a decolonialidade e a teoria pós-colonial.

A professora Maria da Glória de Oliveira possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, é professora de História da Historiografia, Teoria e Metodologia da História, do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), bem como integrante do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de Teoria da História e História da Historiografia, e recentemente tem se dedicado a refletir sobre História da Historiografia com recorte de gênero, aproximando-se da perspectiva feminista para pensar a constituição disciplinar da história, naquilo que diz respeito à contribuição de intelectual de mulheres.

Um encontro produtivo que aconteceu de forma virtual, em meio às adversidades do contexto marcado pela crise sanitária ocasionada pelo Covid-19. Um momento tão sensível, crítico e de muito trabalho. Em tempos como esse, as possibilidades de diálogo e de troca mesmo que de forma distanciada, têm sido uma maneira de aliviar as tensões e as angústias, assim como têm se mostrado um modo profícuo de dimensionar e dar uma espessura para esse nosso presente tão conturbado.

[1] *Gostaria de iniciar a entrevista perguntando para a professora: qual é o espaço das historiadoras na memória disciplinar da história? Em especial, a brasileira.*

Maria da Glória de Oliveira [MGO]

Podemos dizer que as historiadoras sempre tiveram certa participação em nossa memória disciplinar. A questão a ser discutida um pouco mais seria exatamente em torno dos modos com que as historiadoras participam efetivamente na construção dessa memória.

Eu entendo por “memória disciplinar” todas as formas de designação com que uma área de conhecimento, neste caso a História, delimita as suas fronteiras, através de uma grande narrativa implícita que está na seleção dos seus marcos de fundação, nos autores e obras que compõem aquilo que chamamos de cânone, sendo este último compreendido como algo que forma uma espécie de “identidade” de uma disciplina. Podemos dizer então, que a memória disciplinar, a exemplo de outros tipos de memória, funciona como processo de construção das marcas identitárias de uma disciplina ou de uma área de conhecimento... Na História, quando tomamos contato com a nossa área de formação seja na graduação, na pós-graduação, ou até mesmo antes (no ensino fundamental), nós entramos em contato com essas marcas identitárias, com essa memória, e esse cânone disciplinar e tudo que estes nos dizem sobre o que é, como se faz e como se escreve a história.

Então, onde estariam as historiadoras nesse processo? Qual o lugar das historiadoras na memória disciplinar da história? Um bom exercício para tentarmos responder essa pergunta, seria tentarmos lembrar de nomes de historiadoras com as quais já tivemos contato nos diferentes níveis de escolarização, seja pela leitura, seja pela informação mais geral. Acho que esse exercício nos dá boas pistas sobre esse lugar das historiadoras na memória disciplinar, pois logo nos damos conta do quanto é difícil listarmos e elencarmos nomes femininos entre os autores canônicos da historiografia, seja de uma historiografia mais geral, seja das historiografias mais locais ou historiografias nacionais, como é o caso da historiografia brasileira. Penso que é o primeiro ponto da sua questão a que chegamos por esse exercício bem banal que é, também, um exercício de memória.

Para corroborar esse exercício que estou propondo aqui, nós podemos citar inúmeras obras que são compostas no formato de compêndios ou manuais de história da historiografia, nas quais é praticamente inexistente os nomes de autoras mulheres. Podemos dar muitos exemplos de obras que mobilizam em seus próprios títulos a palavra “historiador”, ou “os historiadores”, fazendo uso genérico do substantivo masculino que existe na língua portuguesa para designar aqueles que escrevem a história, e que diz muito dessa ausência.

Examinando a sua questão por outro lado, e no caso específico do contexto brasileiro, podemos considerar que as mulheres, pelo menos desde que elas começaram a ter acesso aos cursos de formação profissional em História a partir da década de 1930, assumiram de fato, o papel de agentes importantes na construção e na reprodução dessa memória disciplinar, na qual elas próprias aparecem muito pouco. Podemos citar como exemplo historiadoras formadas na primeira geração de cursos universitários aqui no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, como Alice Canabrava, que teve contribuição seminal na construção e consolidação de um cânone historiográfico brasileiro, na medida em que foi autora de textos críticos que reforçaram o legado de Francisco Adolfo de

Varnhagen, e o de Capistrano de Abreu, como “fundadores” da historiografia brasileira.

Mais tarde tivemos outras figuras igualmente importantes, como Maria Odila da Silva Dias, Maria de Lourdes Janotti e Raquel Glezer, todas historiadoras que elegeram por objeto de estudo as obras de historiadores. Esse é praticamente o modelo de pesquisa que predomina nos estudos de história da historiografia, na medida em que as obras a que temos acesso são de autoria predominantemente masculina.

Em suma, eu diria que por conta da própria natureza excludente da nossa constituição disciplinar, as mulheres evidentemente não despontaram, não tiveram seus nomes inscritos na memória disciplinar. Mas desde que começaram a ocupar posições no campo da produção da historiografia acadêmica profissional, tiveram papel importante (embora coadjuvante) na construção desse cânone e dessa memória disciplinar, na qual, paradoxalmente, elas foram e ainda permanecem pouco visíveis.

[2] Em seu ponto de vista, o silenciamento da contribuição intelectual das mulheres nessa longa duração afeta de que forma nosso campo disciplinar atualmente? Como a senhora observa a permanência desse silenciamento na contemporaneidade?

MGO

Minha primeira proposta em relação à sua questão é que talvez nós devamos ultrapassar esse diagnóstico. Não estou afirmando sua inexistência, nem estou negando tal silenciamento. Compreendo que a constatação do silenciamento das mulheres é usual e recorrente nas pesquisas que adotam uma perspectiva feminista, porém acredito que precisamos ultrapassar e até discordar, em parte, dessa expressão, para continuarmos abordando as assimetrias de gênero no campo da produção do conhecimento.

Acredito que o silêncio seja apenas um sintoma “da superfície” de um fenômeno que o antecede e que deve ser nomeado de uma forma mais ampla, como aquilo que Jacques Rancière (2009) designou como a “partilha do sensível”. Não estamos falando aqui unicamente de uma relação de alteridade da mulher com o “outro”, e sim de um fenômeno bem mais amplo, de natureza política, que esse autor identificou quando refletiu sobre mecanismos e dispositivos políticos que determinam aquilo que *é* e aquilo que *não é* visível. Trata-se, portanto, de identificar quem pode provocar ruído e quem tem que silenciar, ou seja, os que são e os que não são audíveis e visíveis em um espaço social comum.

Diante dessas questões, talvez tenhamos que estudar mais profundamente as assimetrias de gênero, vinculando-as aos marcadores de raça, classe e de sexualidade. Então, precisamos pensar como esses marcadores condicionam especificamente as dinâmicas de reconhecimento acadêmico ou “reconhecimento pelo mérito” que é um tipo de reconhecimento que deve ser repensado, desconstruído e criticado. Portanto, talvez tenhamos que investir mais na observação das nossas práticas que ainda mantêm muito de uma reprodução de uma estrutura excludente, racista e sexista, que confere a dinâmica do nosso campo acadêmico.

Por outro lado, acredito que a crítica deve vir acompanhada da busca de outras categorias de análise que talvez permitam ultrapassar o diagnóstico da exclusão paradigmática das mulheres no campo da História Intelectual, para tentar encontrar outras formas de agência, outras formas de protagonismo desses “sujeitos outros”. Por exemplo, acho importante elaborarmos “contra-narrativas” e talvez investir na produção de pesquisas que mostrem mulheres atuando como mediadoras culturais, a partir da categoria de mediação cultural cunhada pelas professoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Essa categoria me parece muito oportuna para criarmos “contra-narrativas” que trariam outras formas de agência e de produção intelectual, para colocar em cena mulheres que foram apagadas dessa História Intelectual mais tradicional. Isso não significa meramente trocar a categoria de silenciamento pela categoria de protagonismo. Inclusive acho complicada essa categoria de protagonismo, assim como a categoria do “pioneirismo”, que são muito centrais em uma historiografia da história das mulheres feita exatamente no sentido de construção de uma “contra-memória” desse apagamento e desse silenciamento. Então não basta você substituir uma categoria pela outra, ou você dizer “não, mas as mulheres estavam ali, vejam só como tivemos mulheres pioneiras ou mulheres percursoras!”. Não acho essa forma de construir uma “contra-memória” muito convincente. Isso porque não devemos trabalhar com um diagnóstico simplificado dessa exclusão ou desse silenciamento, pois acredito que existem determinados lugares que podem ser ocupados e que são ocupados, sim, por mulheres no campo acadêmico. Esses lugares precisam ser mais bem observados.

Enfim, temos que buscar categorias que não abandonem a crítica dessas condições estruturais de apagamento, de silenciamento e de um papel coadjuvante das mulheres intelectuais, mas que também nomeiem mulheres que de certa forma não aparecem como deveriam nessa historiografia.

[3] *Em uma entrevista concedida recentemente ao Laboratório de História Pública (LAPIS) da UFSC, a senhora problematizou o uso da categoria de gênero nos títulos de trabalhos acadêmicos por forçar a inserção das pesquisas em nichos específicos, o que potencializa a limitação de acesso. A senhora também fez uma reflexão sobre o uso da categoria no texto intitulado A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre a (in)utilidade de uma categoria, publicado no livro organizado por Arthur Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin em 2019, pensando a “quetização” da história das mulheres e dos estudos de gênero, que permanecem como conteúdos suplementares no campo da historiografia. A leitura de suas reflexões me fez pensar nas implicações do uso de determinadas categorias como “fixadores” temáticos e não propriamente como categorias analíticas. A senhora poderia falar um pouco sobre esse assunto?*

MGO

Na verdade, eu me baseio muito no diagnóstico que a própria Joan Scott (2008) fez sobre o conceito de gênero em um dossiê da revista *American Historical Review*, organizado em torno de seu nome. Passadas duas décadas da publicação de *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1986), Scott observou o quanto o gênero é uma categoria que permanece objeto de disputa. E temos que concordar com a autora nessa questão, pois mesmo em nosso contexto mais próximo, a categoria de gênero continua sendo objeto central de disputa política.

No texto seminal de 1988, ela propôs a categoria de gênero mais do que uma categoria útil, como uma categoria desestabilizadora da própria disciplina, ou seja, um uso que provocasse um abalo epistêmico considerável nas bases da disciplina. Por quê? Porque não se trata de uma categoria qualquer. Scott apontou para as assimetrias que se originam de fenômenos políticos mais amplos, portanto, de relações de poder. A autora não desvinculou, assim, a categoria de gênero da sua dinâmica relacional e da sua natureza política. Uma categoria teórica como essa tem uma implicação epistêmica muito mais ampla que, de fato, deveria abalar todas as bases da nossa disciplina, constituída, a propósito, por bases patriarcais, androcêntricas e fortemente excludentes.

Não foi exatamente isso o que aconteceu. O que aconteceu, e aí eu uso os termos de uma outra pesquisadora que é a Eleni Varikas (2016), foi uma “domesticação” da categoria de gênero dentro da grande área da História. Uma domesticação no sentido de uma espécie de transformação da categoria em algo que opera descritivamente, mas não desestabiliza. Opera para uma determinada agenda de pesquisa, criada como uma espécie de seção ou um setor específico que são os “estudos de gênero”, dentro da área de Ciências Humanas.

No caso específico da História, acho que conseguimos identificar muito claramente o quanto a categoria de gênero foi “domesticada”. É curioso observar a própria História Social que é essa modalidade e prática de pesquisa importante que dá nome à produção mais volumosa na grande área da História hoje, especialmente no Brasil. Você perceberá se fizer uma pesquisa nas revistas de História Social que, nos trabalhos que são publicados, as categorias teóricas mobilizadas ainda continuam sendo categorias de classe e raça. E então você observa que os trabalhos dessa área que tematizam gênero acabam sendo publicados em revistas específicas de estudos de gênero como as revistas *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*. Estou citando aquelas que são as duas revistas que foram criadas nos anos 1990 e que tem, portanto, um histórico de publicação e que formam esse nicho ou isso que estamos chamando de “gueto” dos estudos de gênero. Com isso, não estou dizendo que não é uma área robusta, pelo contrário, aqui no Brasil temos uma área importante, diversificada e qualificada de estudos de gênero.

A questão que se coloca é que essa produção acaba sendo alocada em uma área específica e, portanto, não circula de modo a provocar o impacto que deveria. Um impacto no sentido de, por exemplo, ter a entrada dos estudos de gênero como tema e como objeto de ensino obrigatório em nossas graduações. Até hoje nós não temos nada nesse sentido. Nós conseguimos uma legislação que tornou obrigatório o ensino das relações étnico-raciais na História da África e não conquistamos até hoje nada comparável que pudesse se reverter em termos de uma obrigatoriedade dos estudos das relações de gênero na nossa formação universitária ou até mesmo no nível mais básico.

Enfim, é nesse sentido que encontramos essa “guetização” dos estudos de gênero. Além da Eleni Varikas, a filósofa Susan Bordo (2000), que é uma autora importante do pensamento feminista norte-americano, também falava em guetização desses estudos. Todas as teóricas feministas que estavam na academia nos anos de 1970 e 1980 perceberam claramente esse fenômeno. E é um fenômeno que aqui no Brasil terá impacto diferenciado nas diferentes áreas das Ciências Humanas. Só para citar um exemplo onde esse impacto foi bastante decisivo, ao contrário da área de história, na Ciência Política o pensamento feminista e a categoria de gênero desestabilizam o próprio conceito do político, com toda aquela discussão que as feministas fazem sobre o privado e o político, que é uma discussão fundamental da teoria feminista, especialmente nos anos

1970 e 1980. Neste caso, existe um impacto direto que não aconteceu em nossa área de História, em que a discussão sobre gênero acaba se mantendo na transversalidade, como refletiu a professora Joana Maria Pedro (2011). Ou seja, não há uma incorporação efetiva da categoria de modo que se possa perceber a sua efetividade para a transformação das bases da nossa disciplina.

[4] *Em outro texto, intitulado Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia, publicado na revista História da Historiografia em 2018, a senhora refletiu sobre se a produção intelectual de mulheres se caracterizaria ou não como uma “escrita feminina”, fazendo, inclusive, um debate historiográfico sobre o tema com intelectuais como Virginia Woolf, Lucia Castello Branco e Hélène Cixous. Para pesquisas que pretendem reconstituir trajetórias de historiadoras, como é o meu caso, quais cuidados devem ser tomados para compreender a “escrita feminina” como uma subjetividade do discurso histórico? Ainda sobre isso, tratando-se de uma historiadora inserida em determinado contexto, o fato por si só de “ser mulher” deveria ser compreendido como um “lugar” de condicionamento que permite determinada prática e proíbe outras?*

MGO

A discussão sobre “escrita feminina” se encontra em grande parte, na teoria literária, que é onde identificamos também um impacto considerável das teorias feministas, sobretudo na crítica à construção dos cânones literários. E esta é uma discussão importante porque nós falamos muito pouco de “cânones historiográficos”, por exemplo.

Ainda sobre “escrita feminina”, não há como deixar de mencionar Virginia Woolf (2012), que abordou o tema em vários de seus escritos, como o clássico “Profissões para mulheres”. Gosto especialmente de uma resenha que ela publicou em 1918, intitulada “Mulheres romancistas”, na qual argumenta, de forma irônica, que certamente existiria uma “escrita feminina”, a questão seria definir o que queremos dizer com “feminina”. Talvez essa continue sendo a melhor resposta, por mais que possamos discorrer longamente sobre a possibilidade de uma escrita possuir sexo ou não. Evidentemente, essa é uma discussão que gerou muita produção e expressivo acúmulo de fortuna crítica na teoria literária. De outra maneira, a Helene Cixous (1975) não desqualifica o debate, ponderando que seria possível, se considerarmos uma escrita feminina, mesmo que, a rigor, ela não exista.

Do ponto de vista da História e da historiografia, há uma passagem de Michel de Certeau em *História e Psicanálise: entre Ciência e Ficção* (2011), em que ele se pergunta sobre o sujeito da produção historiográfica e sobre as prováveis implicações do marcador de sexo desse sujeito na produção do saber... Lamentavelmente, Certeau nos deixa sem resposta. Talvez ele não tenha investido na questão porque vislumbrava uma grande armadilha e, no entanto, dos modos de subjetivação através da escrita desses sujeitos “outros”.

Em relação à historiografia de autoria feminina, o que deveria ser questionado é o próprio conceito de historiografia. Por exemplo, quando estudamos a história da historiografia brasileira do século XIX, o que encontramos? Uma instituição, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde começou a produção de uma escrita da história no Brasil de forma institucionalizada. Então, aquilo que definia o que era historiografia passava pela mediação dos sujeitos vinculados a essa instituição. Um dos traços da nossa história da historiografia é que, no século XIX, não

encontramos, de fato, números significativos de mulheres com formação letrada que as habilitasse a ingressar no círculo dos historiadores e, no IHGB, houve claramente barreiras de caráter muito explícito em relação à presença de mulheres na instituição. É importante observar a longa duração do veto à presença feminina na instituição, pois, fundado em 1838, o IHGB só admitiu a primeira sócia em 1965, no quadro de correspondentes portugueses, com a historiadora Virgínia Rau.

Então poderíamos considerar que se tratou de uma barreira não apenas institucional, mas igualmente epistêmica. Havia critérios institucionais que delimitavam o perfil daqueles que estavam autorizados a produzir historiografia e, inclusive, daquilo que era ou poderia ser considerado historiografia, pois o gênero historiográfico não estava previamente delimitado no século XIX, e em boa parte das décadas iniciais do século XX essa delimitação também não será muito precisa.

Um segundo elemento é de natureza estrutural do campo e dos próprios mecanismos de criação dessas instituições de saber, que é a interdição muito clara e explícita a alguns sujeitos. No IHGB, essa interdição ocorreu com Beatriz Brandão, uma poetisa na época bastante conhecida, nascida na província de Minas Gerais, que residia no Rio de Janeiro. Em meados do século XIX, o seu nome foi proposto para o IHGB, mas seu ingresso foi interdito. Apesar de ter reconhecida produção poética, esse não era um critério de exclusão porque outros sócios foram admitidos no IHGB com essas mesmas condições. Sendo assim, ela possuía os requisitos mínimos que, naquele momento, o estatuto da instituição previa, mas não foi aceita sob a alegação de o Instituto não era lugar para a “respeitável patricia” e ‘distinta poetisa’, recomendando, por fim, que ela fosse recebida “como ornamento de uma sociedade literária, cujos fins não estivessem limitados à história e à geografia”.

Dessa forma, acredito ser importante problematizar o próprio conceito de historiografia, nos variados contextos temporais e, para além dessa questão da definição do conceito, temos formas estruturantes do próprio campo da produção intelectual que darão conta dos mecanismos reguladores de exclusão, de autorização e veto a certos sujeitos. E, neste sentido, o problema se amplia quando consideramos o marcador da branquitude, ou seja, quando passamos a perceber que escritas de autoria de mulheres negras são ainda menos “autorizadas” e visíveis do que as escritas femininas de autoras brancas.

Em síntese, meu posicionamento em relação à sua pergunta é de que, sim, o fato de ser mulher implica determinado lugar social perpassado por determinados constrangimentos que podem ser maiores ou menores, dependendo do espaço/tempo social em que essa mulher intelectual circula. Mas precisamos compreender que esses constrangimentos podem se intensificar, na medida em que as mulheres acumulam também outros marcadores como os de raça, classe e sexualidade.

[5] *Pensando ainda essa questão da interseção entre raça, classe e gênero, os estudos pós-coloniais e os estudos decoloniais têm proposto pensar a história a partir das experiências africanas e latino-americanas, ampliando o olhar para múltiplas temporalidades e construções narrativas. Uma forma fundamental de pensar a aproximação entre a teoria feminista e decolonial da Teoria da História seria pela interseção dessas categorias. Outra forma profícua que permite essa aproximação não seria, também, de uma crítica radical à concepção de tempo?*

MGO

Primeiramente, é importante demarcar as diferenças entre os estudos pós-coloniais e os estudos decoloniais. Acredito que a contribuição fundamental dos estudos pós-coloniais foi provocar um abalo na centralidade com a qual construímos certa concepção de história, a partir de uma crítica para desestabilizar a naturalização de algumas categorias eurocêtricas. Já os estudos decoloniais designam o grupo latino-americano dos autores do grupo “modernidade/colonialidade”, criado em interlocução crítica aos estudos pós-coloniais e subalternos.

Especificamente sobre os estudos pós-coloniais, Sanjay Seth (2013) — que é um autor que segue muito o argumento sobre provincializar a Europa do Dipesh Chakrabarty (2000) — acentua o quanto a história é, por excelência, um código de representação de passados ocidentais com limitada eficácia na representação de passados “outros”, não ocidentais. Os efeitos e consequências dessa constatação precisam ser mais bem discutidos. Gosto sempre de lembrar que a história é uma “velha senhora”, ou seja, é uma forma de conhecimento que, por conta da sua antiguidade e longevidade, foi se blindando a críticas mais incisivas e alguns abalos sísmicos nas suas bases fundacionais. Dessa forma, a discussão crítica sobre o eurocentrismo, um dos pontos chave dos estudos pós-coloniais, chegou no campo da História e foi rapidamente “amortecida”, muito semelhante à como foi também “domesticada” a categoria de gênero.

Os estudos pós-coloniais ampliam, de fato, essa crítica ao problema das temporalidades e talvez aí resida a maior resistência, pois é uma crítica que incide fortemente naquilo que tornou possível a história se transformar em uma ciência, que é o historicismo. Porém, é importante lembrar que a crítica à perspectiva historicista não foi inaugurada pelos estudos pós-coloniais. Ela acompanhou a própria constituição da disciplina como ciência, basta lembrarmos das críticas formuladas por autores como Nietzsche, no século XIX, e Walter Benjamin, no século XX.

Vamos encontrar também uma crítica ao historicismo na própria antropologia estrutural, de Claude Lévi-Strauss. Então, eu acho que para nos mantermos nas nossas referências ocidentalizadas, podemos afirmar que a crítica do pós-colonial e do decolonial possui uma matriz muito importante dentro das ciências humanas e, em especial, na própria antropologia. É lembrar como Lévi-Strauss (1989) provocou um descentramento quando afirmou que o pensamento selvagem e o pensamento científico se equivalem e que há uma diferença apenas quantitativa e não substancial entre um e outro. Podemos concordar com François Hartog (2016) que chamou a atenção para o fato de que Lévi-Strauss é uma grande matriz que inaugura essa ideia de provincialização da Europa, por exemplo. Outra referência importante, também entre os antropólogos, é Johannes Fabian em *O Tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto* (2013), em que refletiu sobre como a categoria de tempo está à serviço de uma relação de dominação. Enfim, todas essas referências servem para lembrar que os estudos pós-coloniais emergiram a partir de um diálogo muito intenso com matrizes de pensamento modernas e eurocêntricas, por assim dizer. Dessa forma, poderíamos afirmar que os estudos pós-coloniais e a virada decolonial mantêm uma relação de crítica dessas categorias que a modernidade traz consigo, mas, de muitas maneiras, também é devedora dessas mesmas categorias.

A questão da temporalidade, mais especificamente, trata de algo mais desafiador, como já mencionei. Me parece que um desafio mais radical está na questão das múltiplas temporalidades, mas devemos lembrar que a historiografia moderna também trabalha na perspectiva da multiplicidade de tempos, pois é suficientemente plástica e ampla no sentido de acolher objetos e sujeitos, a fim de transformar, sincronizar e historicizar tudo. Outra questão está na crítica radical à concepção de tempo. Acredito que ela tenha que ser feita por outros sujeitos da produção de conhecimento. Por exemplo, atualmente, temos uma perspectiva de transformação do nosso perfil de estudantes da graduação, provocada sobretudo pelo acesso mais amplo às universidades através de políticas públicas e de ações afirmativas dos governos Lula e Dilma. Não temos ainda a medida do quanto isso, de fato, provocará em termos da mudança naquilo que podemos chamar de sujeitos da produção do conhecimento. Mas acredito que isso implicará alterações mais radicais não apenas em relação aos objetos ou às perspectivas de análise a partir das quais esse conhecimento é produzido, mas sobretudo em relação a uma crítica que incidirá nas nossas formas de compreender as temporalidades que estão implicadas nessa produção. Por fim, eu diria que de nada adianta nós tematizarmos e tomarmos a temporalidade como um problema, se esta não for tematizada e problematizada pelos “mesmos” sujeitos autorizados da produção de conhecimento. Em suma, só teremos uma crítica mais radical à concepção de tempo, se essa crítica tiver como protagonistas os sujeitos “outros” do conhecimento.

[6] *Para finalizar nossa conversa, gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre os caminhos metodológicos possíveis para aquelas pesquisadoras e pesquisadores que queiram escrever uma história da historiografia a partir da perspectiva feminista e com um recorte de gênero. Nesse sentido, seriam muito bem-vindas indicações de leituras.*

MGO

A minha primeira sugestão é a de que o investimento na discussão teórica não seja limitado. É fundamental produzir pesquisa no campo da História sem descuidar da reflexão teórica. Entendo que há determinadas áreas de pesquisa em que a quantidade de fontes é desafiadora, o que provoca desequilíbrio entre teoria e empiria, mas não podemos esquecer que a nossa disciplina hoje, e em nosso contexto específico, desempenha um papel fundamental na arena pública. É muito diferente, por exemplo, do contexto em que eu me formei, no início dos anos 2000, em que havia garantias de direitos democráticos, assegurando certa “tranquilidade” e dignidade para a produção acadêmica que hoje se encontram diariamente ameaçadas. Não acho que conseguimos produzir pesquisa de maneira descompromissada e descolada dos problemas que invadem a nossa vida de maneira geral. Atualmente, precisamos lidar com desafios de um contexto extremamente ameaçador para as nossas garantias democráticas. Não estou falando apenas do Brasil, mas de uma maneira geral vivemos um momento que a Wendy Brown (2015) chamou de “desdemocratização”. Então é muito importante que qualquer pesquisadora ou pesquisador construam arsenal teórico para lidar com este momento. Claro que, quando falo para investirmos nas nossas armaduras teóricas não estou dizendo que tudo que lemos sobre teoria terá uma aplicação imediata na nossa pesquisa. A teoria precisa ser encarada como prática de construção do nosso olhar e da nossa posição no mundo, pois sem ela não temos ferramentas minimamente críticas e eficazes para uma intervenção mais direta.

Outra questão está naquilo que você chama de “história da historiografia a partir da perspectiva feminista”. Para essa abordagem, precisamos fazer uma crítica da história da historiografia tal como ela foi construída. Não estou dizendo que essa crítica implica em desprezá-la ou “jogá-la fora”, pelo contrário, temos que fazer um exercício de leitura, mas que seja crítica o suficiente para destacar algumas questões que essa história da historiografia excluiu ou deixou de lado.

Em termos de incorporação e indicações de leituras, acredito que para quem quiser empreender essa crítica a uma história da historiografia é fundamental examinar mais de perto essa categoria de gênero para além das referências centradas na obra de Joan Scott que, embora relevantes, já estão se tornando um pouco cansativas porque se repetem sem aprofundamento nas pesquisas. Existe um acúmulo de discussão e produção teórica sobre gênero nas ciências humanas, por isso precisamos investir em leituras que abrem outras perspectivas, inclusive mapeando as próprias referências que serviram à Joan Scott para construir aquele seu texto seminal. Referências importantes como, por exemplo, Gayle Rubin (1975) que fez uma forte crítica a Marx, a Freud e a Lévi-Strauss. Outra autora que também fica muito “guetizada”, alocada no “escaninho” do pensamento feminista é Carole Pateman, autora de *O Contrato Sexual* (1988), também uma obra clássica da teoria feminista. Nos trabalhos de Ciência Política, encontramos muitas referências a Pateman, já na área da História, nenhuma referência ou muito pouco. Gerda Lerner seria outra autora que traz uma categoria que me parece operatória, até mais que a categoria de

gênero, que é a categoria de patriarcado. É Lerner que, recentemente, teve a obra *Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* (2019) traduzida para o português. Além dessas, o nome que já mencionei e também costumo sugerir é o de Eleni Varikas, que também possui artigos traduzidos, além do livro *Pensar o sexo e o gênero* (2016), no qual ela também constrói uma reflexão em um diálogo muito direto com a teoria e a ciência política.

Mais especificamente nos estudos de história da historiografia, é importante fazer menção a produções recentes: Daiane Vaiz Machado (2016) fez uma tese importantíssima sobre a historiadora paranaense Cecília Westphalen; há a tese de Carmem Liblik (2010) que fez uma pesquisa robusta sobre as trajetórias de historiadoras brasileiras da primeira geração, formadas nos cursos de História no da USP e da UFRJ, e também da segunda geração de historiadoras formadas anos 1950 e início dos anos 1960. Enfim, poderia listar outros trabalhos recentes e igualmente importantes que se concentram em estudos de trajetórias de mulheres intelectuais. Na área da História, seria fundamental que os estudos sobre historiadoras também trouxessem as suas contribuições historiográficas específicas para o centro da cena, com a possibilidade, quem sabe, de mudarmos e transformarmos o cânone historiográfico que é tão estruturante de nossa memória disciplinar.

REFERÊNCIAS

- BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Estudos Feministas*, ano 8, p. 10-29, 1º semestre de 2000.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, Princeton University Press. 2000.
- CIXOUS, Hélène. *Le rire de la Méduse*. L'arc, Paris, n. 6, 1975.
- FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- HARTOG, François. Prefácio. In: IEGELSKI, Francine. *Astronomia das constelações humanas: reflexões sobre C. Lévi-Strauss e a história*. São Paulo: Humanitas, 2016, pp. 17-23.
- LERNER, Gerda. *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 1989.
- LIBLICK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- MACHADO, Daiane V. *Por uma "ciência histórica": o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. 2016. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). *A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*. International Journal of Theory and History of Historiography, [S.L.], v. 11, n. 28, p. 104-140, 8 dez. 2018. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.
- PATEMAN, Carole. *The sexual contract*. Stanford, Stanford University Press, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan-jun. 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, 2009.
- RUBIN, Gayle, “The traffic in women: notes on the political economy of sex” In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamily Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo, São Paulo, Ubu, 2017).
- SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, dec. 1986.
- SCOTT, Joan W. Unanswered questions. AHR Forum: revisiting “Gender: a useful category of historical analysis”. *American Historical Review*, v. 113, n. 5, dec. 2012.
- SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, n. 11, abr. 2013.
- VARIKAS, Eleni. *Pensar o sexo e o gênero*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Traduzido por Denise Bottmann. Porto Alegre: L & PM Editores, 2012.

O lugar das historiadoras na memória disciplinar da História
Entrevista recebida em 07/12/2020 • Aceita em 09/03/2021
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado